

RESENHA

Referência da obra resenhada:

MATO, Daniel. (Org.) *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: experiencias en América Latina*. Caracas, Unesco-IESALC, 2008. 470 p. ¹

América Lúcia Silva Cesar²

No Brasil, por decreto lei³, confere-se às escolas indígenas a condição de escolas com normas próprias e diretrizes curriculares específicas, voltadas ao ensino intercultural e bilíngue ou multilíngue. Essa configuração é resultado da luta histórica por direitos fundamentais dos povos indígenas e seus aliados, há mais de cinco décadas. A construção de escolas indígenas, a produção literária voltada ou não para o apoio didático, a implementação de cursos interculturais de formação de professores indígenas são algumas dessas conquistas. Mais recentemente, acrescenta-se, no âmbito da educação superior, a inserção das questões indígenas nas políticas de ações afirmativas, notadamente as que garantem acesso diferenciado e permanência de indígenas nas universidades não-indígenas, sem se esquecer de algumas relevantes experiências com formação específica de professores indígenas em nível universitário nas licenciaturas interculturais em instituições públicas de diversos estados.

No entanto, dada à configuração histórica da educação de indígenas, pautada pela colonialidade de um Estado tradicionalmente centralizador e racista, responsável por práticas assimilacionistas, ainda se fazem necessárias iniciativas para promover uma educação que real-

¹ Resenha produzida como atividade acadêmica no espaço destinado ao Projeto de Pós-doutoramento Elementos para a formulação de políticas de pesquisa e produção teórica no campo da educação multilíngue entre os povos indígenas na Bahia., realizado entre abril — agosto de 2014 no Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra — Portugal, com o auxílio financeiro da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e supervisão da Profa. Dra. Clara Keating.

² Professor Associado III da Universidade Federal da Bahia; doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Endereço eletrônico: america@ufba.br .

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Censo 2010. In: www.ibge.gov.br. Acesso em abril de 2014.

mente atenda à especificidade representada por quase um milhão de indivíduos atualmente distribuídos em 305 povos indígenas, conforme dados do último Censo⁴.

Por sua vez, também olhar para o contexto dos povos indígenas na América Latina revela simetrias no que tange à garantia do direito à educação específica e intercultural. Há insuficiência da oferta de educação superior para indígenas e afrodescendentes em todos os países da AL, bem como um desajuste entre as ofertas dentro dos campos de formação convencionais e as necessidades específicas das comunidades indígenas.

No sentido do enfrentamento a essa situação é que se chama ao debate o tema da diversidade e interculturalidade na educação superior e são bem-vindos estudos que possam subsidiar políticas públicas de formação indígena em nível universitário, como é o caso da publicação em questão. Com 470 páginas, é o primeiro volume de uma coleção de três livros, resultante do trabalho de pesquisa do *Proyecto Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior en América Latina*, um projeto de pesquisa apoiado pela Unesco /IELSAC⁵. Esse projeto, coordenado pelo próprio Daniel Mato, pesquisador venezuelano, tem a intenção de produzir informações e análises sobre experiências de educação superior para atendimento da demanda de povos indígenas e afrodescendentes; formular recomendações políticas sobre a matéria; assim como prover uma base de dados e uma rede de colaboração que permitam aprofundar a discussão do tema.

Embora date de 2008 e, portanto, careça de atualização, o livro *Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior: experiencias en América Latina*, contém análises sobre experiências concretas de educação superior para os povos indígenas e afrodescendentes ainda pouco conhecidas. Os estudos reunidos nesse volume, segundo seu próprio autor, trazem oportunidades para o (re) conhecimento do campo. Porém, ressalta que não se trata de replicar experiências que pudessem ser consideradas as “melhores práticas”, já que cada uma dessas experiências está situada em contextos particulares e o seu êxito tem sido responder criativamente a condições concretas da própria experiência. “Contribuir para a compreensão

⁴ Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, da Presidência da República, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Art.3º. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em dez 2014.

⁵ UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. IESALC: Instituto Internacional da Unesco para a Educação Superior em América Latina e Caribe.

da diversidade de contextos, políticas e iniciativas talvez seja o maior dos propósitos desta publicação”, conclui o seu autor (p. 42, tradução nossa)

O livro se organiza em partes, sendo que cada parte contém as experiências de cada país, com exceção da primeira, denominada *Panorama regional*, também de autoria de Daniel Matos, organizador do livro e coordenador do Projeto. Na parte *Panorama regional*, encontra-se unicamente o artigo do coordenador, intitulado *Diversidad Cultural e Interculturalidad en Educación Superior: problemas, retos, oportunidades e experiências en América Latina*. Neste artigo, o autor traz dados sistematizados do conjunto de estudos que compõem o livro. Inicialmente, o texto de Mato faz uma breve descrição do projeto, suas características e campo (p. 19-24). De uma maneira geral, observa que houve na América Latina, nas últimas décadas, uma melhoria no acesso à educação básica para indígenas e afrodescendentes, embora essas se encontrem mais no plano legal do que efetivamente na prática. No caso da educação em nível universitário, aponta alguns avanços, porém bem menores do que nos outros níveis de formação.

Chama a atenção também para as dificuldades comuns de acesso e conclusão de estudos dos indígenas em instituições “convencionais”. Essa situação torna-se mais grave quando se pergunta pela existência de instituições, programas, cursos que atendam aos interesses dos povos indígenas e afrodescendentes e incluam conhecimentos e práticas tradicionais desses povos. Reconhece, contudo, que já existem algumas experiências em curso com essa preocupação, tais como as 50 experiências que o projeto levantou. Embora suspeite que haja mais experiências com pouca visibilidade, admite ainda mais ou menos uma dezena de instituições de ensino superior específico que foram identificadas mas não estudadas ainda.

Depois de apresentar dados gerais sobre acesso de estudantes indígenas e afrodescendentes à universidade, marcos legais e instrumentos internacionais, papel das instituições e redes, comprovando-os com algumas tabelas (Tabelas 01-04, p. 24-43), o autor fornece um panorama sobre os diversos encontros já realizados e redes em andamento (p. 39-42). Em seguida, passa à análise das experiências, cuja amostra foi constituída a partir de alguns critérios, tais como finalidade institucional, abrangência de maior número de países e diversidade das experiências.

Assim, as 30 experiências relatadas neste volume estão distribuídas da seguinte forma: Argentina (2); Bolívia (3); Brasil (5); Chile (2); Colômbia (5); Guatemala (2); México (5) (in-

clusive a experiência da *Universidad Intercultural de Chiapas*); Nicarágua (2) Venezuela(1), além de mais três chamadas “experiências de alcance regional”. São Instituições de Ensino Superior (IES) dedicadas a atender à demanda de populações indígenas e afrodescendentes. Apenas uma delas, a *Universidad Maya*, na Guatemala, ainda não começou suas atividades. Inclui também um centro de investigações na Bolívia, que, mesmo não estando orientado para tais fins, integra saberes indígenas e não indígenas (AGRUCO).

A estrutura dos artigos supõe um roteiro prévio de escrita cujos autores e autoras tentam seguir, embora haja também diversidade na exposição do seu conteúdo. O roteiro, pelo que se pode deprender da organização dos textos, compõe-se dos seguintes itens: 1. descrição da experiência, com suas características; 2. aspectos jurídicos, organizacionais e econômicos; 3. breve história da experiência; 4. alguns indicadores do alcance e resultados da experiência; 5. reflexões sobre a aprendizagem; e 6. recomendações.

Sobre o conjunto das experiências sob o título *Experiências, problemas, desafios e possibilidades* (p. 43), embora destaque as limitações de uma leitura desse conjunto de dados, apresenta-as a partir da análise de alguns critérios, a saber: alcance e significação do conjunto de experiências estudadas; diversidade das experiências.

No conjunto, as experiências revelam diversidade de caráter institucional, dos atores envolvidos (indígenas e não indígenas) e dos convênios, acordos e alianças que estabelecem, do público que atende e outras configurações institucionais, conforme se pode deduzir da análise das tabelas números 5/6 e 7 (Tabela no. 5, p. 45-49; tabela no. 6, p. 58-60; tabela no. 7, p. 61-63)

As experiências estudadas respondem a diversas modalidades institucionais, tais como universidades e outras IES públicas, há também instituições mantidas por igrejas, organizações não governamentais diversas, organizações indígenas, redes e outros arranjos interinstitucionais, em um leque muito amplo de áreas profissionais e disciplinas acadêmicas, através de atividades presenciais, semipresenciais e mistas. A cooperação internacional tem sido importante na manutenção das experiências. De um modo geral, são orientadas por interpretações diversas de educação própria, educação comunitária, interculturalidade, equidade, qualidade de vida, cidadania, discriminação positiva, avanço esse, proporcionado pelos diversos marcos legais que lista (p. 72).

Quanto às diferenças, semelhanças e debates conceituais acerca das experiências, Daniel Mato, na parte I, comenta a diversidade de conceitos-chaves como *interculturalidade*, *educação própria*, *educação comunitária*, *educação popular*, *discriminação positiva*, *qualidade de vida*, *cidadania*, *democracia*, *desenvolvimento humano*, que se constituem a partir de interpretações dos atores em determinadas condições estruturais, históricas, políticas nessas experiências. Destaca uma diferença recorrente entre *interculturalidade de fato* — definida de acordo com as condições locais — e *interculturalidade desejável*, definida conforme ideários comuns, como uma relação entre culturas calcadas na equidade, no respeito e valorização da diversidade.

A partir da crítica ao uso feito pelos governos do conceito de interculturalidade numa perspectiva assimilacionista, destaca a necessidade de colaboração intercultural “mutuamente respeitosa e de valorização mútua, partindo do reconhecimento da existência de situações de iniquidade histórica, que deve ser corrigida. Por essas condições históricas de iniquidade,

“intelectuais e lideranças indígenas têm afirmado que é preciso que os projetos partam da reivindicação e afirmação das visões de mundo, línguas e conhecimentos próprios. Essa ideia de interculturalidade os diferencia de boa parte das agências governamentais, porque essas não enfatizam este ponto, ainda que se refiram à necessidade de um tratamento igualitário” (p. 55 — tradução nossa).

Outro ponto que o texto questiona é a legitimidade do conhecimento chamado “universal” e sua relação com os diferentes modos de produção de conhecimento (p. 55). Ou seja, as visões e projetos que partem de organizações indígenas e mesmo de algumas IES acadêmicas convencionais têm questionado a hierarquia outorgada por esses últimos à “ciência” (moderna, monocultural) e toda uma gama de aquisição e transmissão de um determinado modo de conhecimento como “conhecimento universal” ainda que há quase meio século essas visões já venham sendo questionadas pela própria “ciência” e por atores dentro dessas mesmas instituições tributárias desses sistemas. Em vários estudos sobre as experiências apresentadas, fica patente que, apesar do avanço dos marcos legais e constitucionais, as agências de Estado ignoram na prática esse reconhecimento constitucional, reproduzindo práticas monoculturais.

Quanto aos problemas enfrentados por essas experiências, resumidamente, os problemas mais comuns são a insuficiência ou precariedade orçamentária; insuficiência de bolsas para que os estudantes possam dedicar-se integralmente aos estudos; atitudes racistas por parte de funcionários de governos e/ou das instituições onde as experiências se encontram acolhidas; obstáculos administrativos resultante da rigidez da burocracia oficial, que não contemplam as

especificidades tanto do trabalho docente quando de desenvolvimento das atividades acadêmicas; dificuldade excessiva em obter credenciamento ou reconhecimento legal e/ou pessoal docente com sensibilidade para o trabalho intercultural. Some-se a tudo isso, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas no que se refere à privação dos territórios ancestrais, violência armada e outros conflitos, que dificultam o acesso e a sua permanência nas instituições de ensino superior.

Além disso, há inexistência ou lacunas nos estudos sobre a demografia e outros aspectos dessa população. Esses estudos poderiam subsidiar a formulação de diagnósticos e políticas e projetos que respondam à demanda real. No final, o autor, com base nos dados dos estudos apresentados, faz uma série de recomendações de cunho político, econômico e conceitual. Essas recomendações são resultado da sua leitura das diversas recomendações feitas pelas autoras e autores das diversas experiências em cada parte que compõe o livro.

Pela seriedade do estudo, cujo exemplar digitalizado pode ser facilmente encontrado na internet, e pela diversidade das experiências apresentadas, considero um valioso panorama dos desafios e potencialidades enfrentados pelos povos indígenas, na luta por uma educação que contribua para sua afirmação étnica e autonomia política.

Recebido em: 19 de outubro de 2014.

Aceito em: 20 de novembro de 2014.